# Página 13

Nº 65 FEVEREIRO/2008

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Os nomes dos dirigentes do novo Diretório Nacional estão identificados na página 15.

# Novo DN toma posse

Composição da Comissão Executiva Nacional mostrou que há uma nova maioria em consolidação; Construindo um Novo Brasil e Mensagem ao Partido aliados tática e programaticamente. Página 3

## Essa Galera vai Além

I Congresso da Juventude do PT será realizado 22 a 25 de maio; evento definirá diretrizes para se construir nova organização partidária de juventude.
Páginas 4, 5 e 6

## Setoriais têm novas datas

Dirigentes da Articulação de Esquerda escrevem sobre combate ao racismo, portadores de deficiência e mulheres. Confira também o novo calendário dos encontros setoriais.
Páginas 8, 9 e 10

## Novos desafios para a AE Sindical

Articulação de Esquerda assume Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT; 12ª Plenária Nacional da Central será de 5 a 8 de agosto.
Página 11

## EDITORIAL

### Nova direção

Sob o clima de "República Velha", tomou posse no dia 9 de fevereiro, em Brasília, o novo Diretório Nacional, com 84 dirigentes; e foi eleita a Comissão Executiva Nacional, composta por 18 membros - além do presidente Ricardo Berzoini e dos líderes das bancadas petistas na Câmara Federal e no Senado.

A expressão "República Velha" foi cunhada pelo dirigente Valter Pomar ao defender a proposta da chapa "A Esperança é Vermelha" para a composição da nova CEN, respeitando o peso que cada uma das chapas obteve no PED. A defesa de Pomar se contrapunha à composição apresentada pela Construindo um Novo Brasil, apoiada pela chapa Mensagem ao Partido. Para Pomar, o novo cenário representa um retrocesso ao que foi a experiência adquirida na composição da CEN em 2005, na qual a presença de cada força era resultado das urnas.

Desta vez, um novo campo "majoritário" (CNB e Mensagem) voltou às velhas práticas e rifou da Secretaria Geral do partido a segunda maior força resultante do PED 2007 – Partido é Pra Lutar, encabeçada por Jilmar Tatto.

Nesta edição Página 13 traz uma análise sobre este processo, donde se conclui que "a verdadeira mensagem ao Partido era a constituição de uma nova maioria. Ao que tudo indica, tão velha quanto a outra".

Confira a seguir como ficou a nova Executiva Nacional e leia na página 15 a lista dos integrantes do Diretório Nacional, cujas fotos estão dispostas na capa desta edição.

#### COMISSÃO EXECUTIVA DO PT

**Presidente:** Ricardo Berzoini
**Vice-presidência:** Iriny Lopes, Marco Aurélio Garcia, Jorge Coelho
**Secretário-Geral:** José Eduardo Cardozo
**Finanças e Planejamento:** Paulo Ferreira
**Comunicação:** Gleber Naime
**Organização:** Paulo Frateschi
**Relações Internacionais:** Valter Pomar
**Assuntos Institucionais:** Romênio Pereira
**Formação Política:** Joaquim Soriano
**Movimentos Populares:** Renato Simões
**Mobilização:** Marinete Merss
**Vogais:** Fátima Cleide, Humberto Costa, Valdemir Garreta, Alerte Sampaio, Maria do Rosário, Maria do Carmo Lara.
**Líder na Câmara:** Maurício Rands
**Líder no Senado:** Ideli Salvatti

## NOTAS

# PT se solidariza com Fidel Castro e com a luta do povo cubano

O Partido dos Trabalhadores, em nota assinada pelo seu presidente nacional, Ricardo Berzoini, e pelo secretário de Relações Internacioais, Valter Pomar, manifesta o seu apoio à Revolução Cubana e ao companheiro Fidel Castro, após a sua decisão oficial de deixar a presidência do Conselho de Estado e do posto de Comandante-em-chefe das Forças Armadas.

A nota também reafirma a solidariedade do PT ao povo cubano e a Fidel em sua luta contra o bloqueio norte-americano, à autodeterminação de Cuba e o desejo de aprofundar as relações entre o Brasil e Cuba Confira a seguir a íntegra da nota:

"Em mensagem dirigida ao povo cubano, Fidel Castro comunicou que não aspira nem aceitará o posto de presidente do Conselho de Estado e Comandante-em-chefe das Forças Armadas.

Esta decisão repercutiu em todo o mundo, confirmando a importância histórica da Revolução Cubana, da qual Fidel Castro é a expressão mais destacada.

A luta contra a ditadura de Batista, a guerrilha de Sierra Maestra, o triunfo da revolução em 1º de janeiro de 1959, a derrota dos mercenários treinados pela CIA em Playa Girón, a resistência contra o bloqueio norte-americano, a solidariedade internacionalista, as realizações do socialismo cubano, especialmente no terreno da saúde e da educação, fazem parte da memória coletiva da esquerda latino-americana e brasileira, em especial da geração que fundou e construiu o Partido dos Trabalhadores.

Como nos últimos 50 anos, em que desmoralizou seguidamente as previsões e vaticínios da mídia conservadora, o povo cubano continuará construindo soberanamente sua própria história.

A este povo, em particular a Fidel Castro, o Partido dos Trabalhadores reafirma nossa solidariedade, nosso total apoio na luta contra o bloqueio, nosso absoluto respeito à autodeterminação de Cuba e nosso compromisso em aprofundar as relações entre Brasil e Cuba."

# Conferência Nacional de Comunicação do PT

*Na pauta, a comunicação do PT e as políticas de comunicação do país.*

A Comissão Executiva Nacional do PT definiu as linhas gerais da Conferência Nacional de Comunicação que o partido vai realizar entre os dias 24 e 26 de abril deste ano – segundo deliberação anterior do DN.

A Conferência será dividida em dois blocos: um para tratar da comunicação do PT, restrito a dirigentes do partido e pessoas ligadas à comunicação interna; e outro sobre as políticas de comunicação no país, com a participação de especialistas, profissionais da área, movimentos sociais e representantes do governo.

Neste segundo bloco, que será aberto ao público mediante taxa de inscrição, devem ser discutidos os seguintes temas:

a) Lei Geral, marco institucional das comunicações e convergência tecnológica

b) Concessões de rádio e TV

c) Mídias não-comerciais

d) Pluralidade e diversidade

e) Acesso aos meios de comunicação

O bloco sobre comunicação interna vai tratar da integração dos sistemas de comunicação partidária, da criação de novos veículos e aperfeiçoamento dos atuais, das inserções nos horário de rádio e TV e da relação do PT com a mídia, entre outros temas.

A Executiva também aprovou a criação de uma comissão para elaborar o formato completo da Conferência. Fazem parte dela os dirigentes Gleber Naime (coordenação), Renato Simões, Valter Pomar, Valdemir Garreta e Maria do Carmo Lara.

Fonte: Portal do PT (www.pt.org.br)

**EXPEDIENTE**

*Página 13* é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

**Direção Nacional da AE**: Adriano Oliveira, Angélica Fernandes, César Medeiros, Expedito Solaney, Flávio Loureiro, Iole Ilíada, Iriny Lopes, Ivan Alex, Jairo Rocha, Jonas Valente, Lício Lobo, Marcel Frison, Mauricio Piccin, Rubens Alves, Marcelo Mascarenha, Múcio Magalhães, Rafael Pops, Rosana Ramos, Socorro Silva e Valter Pomar.

**Edição**: Flávio Loureiro **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)
**Secretaria Gráfica**: Edma Valquer **Fotos da capa:** Rossana Lana /Arq. Portal do PT.

**Endereço para correspondência:** SQS 205 – Bloco A – apto. 605 - CEP 70235-010 - Brasília - DF **E-mail**: jornalistarramos@uol.com.br

# A verdadeira mensagem: uma nova maioria no Partido

*Angélica Fernandes* e Marcel Frison***

**_Ao impor uma composição na qual coube à chapa CNB e a chapa Mensagem os três principais cargos – secretaria de organização e finanças com CNB e secretaria geral com a Mensagem, assistimos a retomada do controle quase absoluto da estrutura partidária por uma nova maioria._**

A primeira reunião do novo Diretório Nacional do PT que definiu a composição da nova Executiva nacional mostrou que há uma nova maioria em consolidação. Essa maioria, contudo, não reflete o debate político e nem a correlação de forças que emergiram do III Congresso e do PED de 2007.

Os representantes do CNB (Construindo em Novo Brasil) e de "Mensagem ao Partido" argumentaram na reunião que se tratou de um acordo pontual com o objetivo de construir uma "maioria organizativa". Mas o que vimos na seqüência foi a apresentação de um texto comum acerca da conjuntura defendido pela CNB e Mensagem . A conclusão a que chegamos é que não se trata de aliança pontual, mas de uma nova maioria: com acordo tático e programático.

Ao nosso ver essa nova maioria (mesmo que "pontual" como a caracteriza seus integrantes) interrompe processo de transição iniciado pós-crise do 2005. A principal lição que parecíamos ter aprendido naquele trágico momento é que não devemos esquecer a origem daquela crise, que, aliás, se repetiu em 2006 (episódio do "dossiê", ou "aloprados").A definição sobre a origem da crise sempre nos distanciou - e muito - das concepções da Mensagem, pois, para eles, o núcleo do problema não foi a política de centro-esquerda implementada desde 1995, mas sim uma questão de ordem "ética".

Para nós, a crise de 2005 teve origem nas opções políticas e organizativas de uma maioria – o ex-campo majoritário, que sufocou a democracia e rebaixou nosso programa. Ao longo de quase dez anos, essa antiga maioria desconstituiu politicamente nossas instâncias. O resultado desta política foi a quase destruição de nosso partido.

Portanto, diferentemente de a Mensagem nunca acreditamos que a origem desta crise estivesse localizada simplesmente no rompimento dos parâmetros "éticos" por um grupo, mas sim, no rompimento promovido pelo ex-campo majoritário com nosso programa histórico e estratégico.

O equivoco de a Mensagem repousa no diagnóstico de que os problemas que enfrentamos eram meramente comportamentais e a sua solução na adoção de uma postura mais "ética" ou "republicana".

O que informa a ética, os princípios e os valores a serem vividos dentro de uma determinada organização política e nas suas relações sociais, é o seu caráter (ou natureza) e a sua estratégia. A tentativa de transformação do PT num partido eleitoral e a hegemonia de uma estratégia de centro-esquerda deu guarida para que alguns dos nossos dirigentes se sentissem à vontade para fazerem o que fizeram.

Ao enfatizar um discurso programático centrado pura e simplesmente na idéia da "revolução democrática" e no conceito de "replublicanismo", abandonando a ênfase na ruptura e na estratégia socialista, a Mensagem pode conduzir o partido de tal forma em que se mantenha um ambiente onde os erros do passado possam retornar. Aqui reside nossa grande diferença.

É de se perguntar, por exemplo, se é "ético" ou "republicano" passar uma campanha atacando duramente um determinado agrupamento e depois aliançar-se com o mesmo em busca de espaços não conquistados pelo voto? Ou ainda, operar deliberadamente na quebra da democracia interna não permitindo que se expresse na Executiva Nacional a vontade da base partidária colhida nas urnas durante o PED?

Pode ser "ético", contudo, certamente não é nada republicano.

Ao impor uma composição na qual coube à chapa CNB e a chapa Mensagem os três principais cargos – secretaria de organização e finanças com CNB e secretaria geral com a Mensagem, assistimos a retomada do controle quase absoluto da estrutura partidária por uma nova maioria.

Uma concentração de poder semelhante ao que contribuiu para que enfrentássemos a maior crise da nossa história.

Outro elemento, além da quebra da democracia interna, é a implementação, por parte da CNB e da Mensagem, de uma política de isolamento da chapa Partido é pra Lutar e de seu candidato a presidente e a tentativa de neutralização da esquerda petista (que também perdeu espaço na composição da nova Executiva).

Diferentemente da tradição do PT (onde a segunda força ocupa a secretaria geral, como símbolo de uma síntese política), nesta composição imposta pelo CNB e Mensagem, restou à chapa Partido é Pra Lutar apenas uma vice-presidência e a Secretaria de Assuntos Institucionais e a Mensagem, além da Secretaria-Geral, ficou com a Formação Política, anteriormente ocupada pela A Esperança é Vermelha.

É de se lamentar que esta situação acabou por gerar o afastamento, embora voluntário, de Jilmar Tatto da Executiva Nacional, companheiro que conquistou no voto o direito de disputar o segundo turno com Ricardo Berzoini.

A explicação para isto pode ser encontrada no próprio segundo turno. A Mensagem, como não conseguiu se constituir como novo pólo dirigente, e não teve seu candidato na fase final da disputa, operou mais um giro e apoiou, na prática, Ricardo Berzoini. Embora não tivesse declarado apoio formal, os líderes da Mensagem foram a ponta de lança dos ataques mais agressivos à candidatura Jilmar Tato, apoiada no segundo turno pela esquerda petista.

E, agora, faz mais um movimento e compõe com a CNB a nova maioria organizativa e política no Diretório Nacional do PT.

O que esperar da nova maioria? Qual a política para o próximo período? Como se dará a relação com as outras forças do PT (já que a montagem da nova executiva não foi feita de forma pouco democrática e inclusiva)? São muitas perguntas. Mas uma certeza já podemos ter: a verdadeira mensagem ao Partido era a constituição de uma nova maioria. Ao que tudo indica, tão velha quanto a outra. ★

***Angélica Fernandes** é secretária estadual de formação política do PT-SP e membro do Diretório Nacional do PT; ****Marcel Frison** é membro do Diretório Nacional do PT.

# Diretório Nacional aprova Regulamento do I Congresso da JPT

*Rodrigo Cesar**

Em 2008 completam-se 28 anos desde que a classe trabalhadora passou a se aglutinar em torno do PT. Ao longo deste período não houve nenhum momento como o atual, em que a juventude é pauta tão forte na sociedade, mobilizando diversas organizações, instituições, movimentos, partidos, governos e o Estado.

Um dos reflexos desta mobilização é a importância que o tema tem ganhado dentro do PT. Como resultado, temos atualmente uma Secretaria Nacional de Juventude atuante e propositiva, com capacidade de fazer com que o PT passe a incorporar a juventude como pauta importante, reconheça a necessidade de formular uma política de juventude no partido e invista política e estruturalmente neste segmento. Este fator foi decisivo para a aprovação da resolução "O PT e a Juventude" no 3º Congresso do partido.

Aquele episódio, em que a unidade da JPT foi determinante para o desfecho positivo da incorporação da formulação da JPT nas resoluções finais do 3º Congresso, foi tomado como exemplo. Portanto, o esforço para a construção de uma proposta consensual para remeter ao DN foi fundamental.

Pelo regulamento aprovado, o I Congresso da Juventude do PT terá etapas municipais, estaduais e uma nacional. As etapas municipais elegem a cada 3 credenciados um delegado para a etapa estadual. Já a etapa estadual a cada 4 credenciados elege 01 delegado para a etapa nacional.

Outra novidade neste processo é que as delegações nacionais eleitas nas etapas estaduais deverão obedecer à paridade de gênero, ou seja, 50% dos delegados deverão ser mulheres e os outros 50% homens. Já as delegações estaduais eleitas nos municípios deverão garantir um mínimo de 30% de mulheres em sua composição.

O regulamento do I Congresso da JPT apresentado pela juventude ao Diretório Nacional do partido foi debatido ponto a ponto. Um momento que demonstrou que os jovens do PT não confundem a garantia de autonomia política e organizativa e a rejeição de tutelas com sectarismo. A discussão evidenciou que foi posta em prática a noção de que a política de juventude que o partido deve implementar só será eficaz caso resulte da discussão de todo o PT e não apenas sua juventude. Além disso, os presentes no DN puderam testemunhar que a JPT tem disposição e total condição de levar adiante seu I Congresso.

Por outro lado, foi possível observar que parte significativa dos dirigentes do PT ainda reluta em incorporar o acúmulo gerado pela JPT ao longo dos anos. Permanece com uma visão da juventude que tem sido responsável, junto com outros fatores, pela negligência do PT frente ao tema e frente aos jovens que se organizam em suas fileiras. Ao fim e ao cabo, a postura desconfiada de alguns membros do DN frente a proposta apresentada pela juventude só comprovam a tese de que consideram os jovens incapazes ou incompletos, devendo delegar aos "experientes" a responsabilidade de formular.

Um dos momentos mais importantes na história do partido agora tem data marcada: de 22 a 25 de maio de 2008 será realizado o I Congresso da JPT. Trata-se de finalizar um capítulo da história do PT no que se refere à juventude e iniciar um novo ciclo. Porém, precisamos deixar claro: não devemos ter a pretensão de superar, da noite para o dia, 28 anos de uma organização juvenil precária e nem elaborar uma proposta de programa completo para a juventude brasileira.

Certamente, serão necessários muitos outros debates. Neles deverão apresentados conteúdos e elementos para evidenciar toda a discussão que acontece, hoje, restrita ao âmbito da juventude. Cabe agora ao conjunto do partido, a partir do protagonismo de sua juventude, travar a discussão política sobre quais os objetivos e diretrizes para se construir uma nova organização partidária de juventude capaz de nos aproximar do nosso objetivo, o socialismo. ★

***Rodrigo Cesar** é do Coletivo Nacional da JPT

## Calendário do I Congresso da JPT

**Fevereiro**

**20** – divulgação da lista de aptos a votar e serem votados;
**29** – prazo para que sejam solicitadas inclusão de novos nomes na lista (Por meio do Portal JPT – www.jpt.org.br, secretarias estaduais de Juventude, e secretaria de Organização estaduais);

**Março**

**3** – prazo para inscrição de teses;
**4** – prazo para que as secretarias de Organização estaduais e as secretarias estaduais de Juventude encaminhem pedidos de inclusão de nomes à SNJPT;
**6** – divulgação da lista final com as inclusões válidas e os pedidos negados;

MARÇO

**15 ou 16** – Congressos Municipais;
**22 ou 23** – Congressos Municipais;
**24** – prazo para as Comissões Organizadoras Municipais convocarem os Congressos Municipais;
**29 ou 30** – Congressos Municipais;

**Abril**

**5 ou 6** – Congressos Municipais;
**12 e 13** – Congressos Estaduais;

**Maio**

**8** – divulgação do regimento interno da etapa nacional do I Congresso da JPT;
**17 e 18** – Congressos Estaduais;
**22 a 25** – Congresso Nacional.

# ESSA GALERA VAI ALÉM

## pra nossa estrela brilhar mais forte

A convocação do I Congresso da Juventude do PT é um marco histórico para que tenhamos um salto de qualidade em nossa organização e nas relações que devemos estabelecer com a juventude brasileira e os movimentos juvenis. *Este momento da vida do partido tem um significado importantíssimo e deve ser compreendido por toda a militância: trata-se de finalizar um capítulo da história do PT e iniciar um novo ciclo.*

**Se liga PT!**

*A organização da juventude nunca foi uma prioridade para o PT,* por considerar os jovens espontaneamente mobilizados, acreditar que o setor juvenil se resumia aos estudantes, incorporar uma visão da juventude como um momento de mera preparação para o futuro e considerar os jovens como bons agitadores, mobilizadores e cabos eleitorais, mas não para formulação, debate político e tomada de decisões, reforçando uma visão instrumental e utilitarista.

Assim, o apelo do PT na juventude se expressa com mais força somente durante as eleições, a partir da participação nas campanhas. A concepção de partido de massas eleitoral – não militante – e a priorização da institucionalidade em detrimento da mobilização social interferiram também na relação do PT com a juventude.

Mas porque o PT continua sendo o partido preferido dos jovens? A maioria dos jovens brasileiros acredita ser capaz de mudar o mundo, acha que o socialismo continua sendo uma alternativa para resolver os problemas sociais e considera a participação da população nas decisões importantes do governo a melhor forma de resolver os problemas do Brasil. Isso é o que o PT defende! Sempre lutamos pela transformação da sociedade e por mudar a realidade profundamente.

Mas ao longo dos 28 anos de história do PT, esta simpatia vem perdendo força e é cada vez mais difícil transformá-la em militância organizada. Este foi um dos motivos para se pensar melhor sobre a JPT.

Essa realidade começou a mudar com o trabalho da Secretaria Nacional de Juventude, que lutou pela a aprovação da resolução sobre juventude no III Congresso do PT, tornando possível convocar o I Congresso da Juventude do PT!

***Ao longo dos 28 anos de história do PT, a simpatia dos jovens pelo partido vem perdendo força e é cada vez mais difícil transformá-la em militância organizada. Este foi um dos motivos para se pensar melhor sobre a juventude petista.***

**Mas não é só isso**

Juventude tem sido um crescente tema de debates em diversas esferas: mídia, ações governamentais, ONGs, partidos, movimentos sociais, academia, etc. Além disso, não só a amplitude de espaços, mas também a importância que tem ganhado fazem do tema uma prioridade. Mas por quê?

Os anos neoliberais foram cruéis com os jovens. A exclusão social é tremenda: apenas 3 em cada 10 jovens têm acesso ao ensino médio, a maioria dos desempregados e 2/3 da população carcerária do país são compostos por jovens.

Ademais, não são poucos jovens que se encontram em situação alarmante. O contingente populacional da juventude é o maior de todos os tempos, sendo que a grande maioria vive nos países em desenvolvimento, cuja realidade conhecemos de perto.

**É importante entender a juventude**

De acordo com cada contexto, pode-se considerar juventude um segmento definido por faixa etária, características biológicas, autonomia financeira, maternidade/paternidade, e/ou quaisquer outros critérios que se possa imaginar. As diferenças existentes entre jovens e adultos são construídas a partir da realidade concreta de cada sociedade.

A depender da visão de juventude adotada, haverá diferentes abordagens sobre os jovens e, portanto, serão formuladas diferentes políticas públicas e concepções de organização juvenil.

Ainda é hegemônica a percepção desta categoria sob um senso comum: a de atribuir aos jovens características (irreverência, rebeldia, disposição, inquietude, irresponsabilidade e imaturidade) que não são nem constantes nem exclusivos da juventude. Em suma, a juventude como qualidade, que poderia ser apropriada por qualquer indivíduo. Como resultado, os estereótipos dificultam ou mesmo impedem a juventude de ter participação política e interferir nos espaços de decisão da nossa sociedade.

A condição juvenil não é determinada por comportamento, ela depende de uma construção social e se fundamenta em componentes sociais, culturais e geracionais que designam aos jovens a ocupação de um espaço específico na sociedade e na família, dotados de demandas e necessidades específicas. Devemos perceber a juventude brasileira a partir, do contexto histórico e das relações sociais, de poder e hierarquia da sociedade capitalista em que está imersa.

Apesar de submetidos à mesma condição juvenil, os jovens não são iguais. São muitos modos como cada indivíduo ou grupos de diferentes realidades sociais (classe, renda familiar, região do país, meio rural ou urbano, centro ou periferia, etnia, gênero, sexualidade, etc.) vivem a condição juvenil, resultando em chances distintas de desenvolvimento e inserção. Todos os jovens – cada um à sua maneira – vivem a juventude.

**Entender o PT pra fazer acontecer**

Para criarmos um novo modelo de organização de juventude no PT precisamos superar um problema anterior: a visão do PT sobre a juventude. No PT e na sociedade precisamos superar a concepção de juventude como um setor imaturo, inexperiente e que, portanto, precisa ser preparado para o depois (para agora não tem jeito) e ter o acompanhamento (intervenção) dos "experientes". Acreditamos que a juventude tem capacidade de intervenção e é sujeito político do partido. É, portanto, categoria social importante para as transformações sociais.

Muitos setores organizados sempre tiveram, como os jovens, uma relação próxima com o PT. Esse apoio era espontâneo, a vida partidária se misturava com a vida dos movimentos sociais e vivíamos um período de ascensão

das lutas sociais. Ocorriam processos e mecanismos que contribuíram tanto para aglutinar os petistas quanto para ampliar a base de apoio do PT aos não filiados, o que nos garantiu uma relação mais direta com o conjunto da classe trabalhadora.

Porém, o avanço do neoliberalismo, o refluxo dos movimentos sociais, a crise do socialismo e a prioridade dada à institucionalidade resultaram no afastamento paulatino do PT e a fragmentação dos petistas movimentos. Nos últimos anos a relação partido-movimento foi resumida a secretarias setoriais sem estrutura para trabalhar e reflete um modelo de organização e uma lógica partidária que favorecem as eleições.

Acreditamos que a relação partido-movimento deve ser uma via de mão dupla, resguardando a autonomia de ambos. Mas a concepção de autonomia foi deturpada durante muito tempo e usada para justificar o distanciamento do PT com o movimento social. A falta de estruturas partidárias que aglutinem os petistas fez o PT se caracterizar muito mais como uma frente do que um partido, afinal, determinados grupos ou mandatos colocam seus interesses próprios antes do partido, utilizando da "democracia interna", "pluralidade" e "autonomia dos movimentos sociais" como mera retórica para se resguardar.

**Essa galera vai além**

Acreditamos ser necessária uma política do partido para o movimento social e uma organização juvenil militante de massas com estrutura para disputar a sociedade. O trabalho de juventude deve ser priorizado pelo partido.

A JPT deve ser capaz de organizar a base social petista entre os jovens (muito maior que os jovens filiados), compreender e viver a realidade da juventude atual e dialogar com as diversas manifestações juvenis. Trata-se, também, de influenciar nas decisões do partido, combater o envelhecimento partidário e garantir a renovação de gerações, essencial para a sobrevivência do PT e de seu projeto político.

Precisamos conhecer as experiências de outros partidos de esquerda e movimentos sociais para enfrentarmos nossos dilemas atuais. As que mais nos identificamos são as que vêem os jovens como sujeitos políticos com capacidade de intervenção na sociedade, o que vai contra aquelas que os compreende como tarefeiros ou inexperientes para assumirem papel de direção ou de decisão.

A juventude existe como categoria social com demandas e formas de se organizar próprias que não são necessariamente as mesmas dos adultos, o que não a torna menos importante ou menos eficaz na luta política e reforça a nossa defesa da autonomia – que não confundimos com independência – de uma organização juvenil. A JPT, além de não se esconder atrás de nomes fantasia ou ser uma mera correia de transmissão do PT na juventude, deve se relacionar democraticamente com o conjunto do partido, garantido que seja sua representação legítima entre os jovens brasileiros.

**Pra que tudo isso?**

A juventude brasileira é uma das principais prejudicadas pelo modelo capitalista de desenvolvimento monopolista, latifundiário, dependente, antidemocrático, excludente e predatório em que vivemos.

É necessário alterar o padrão de desenvolvimento vigente e construir em seu lugar um novo modelo em que o crescimento econômico se articule com democracia, superação da dependência e da desigualdade, com a clareza de que nosso objetivo final é não apenas derrotar o neoliberalismo, mas o capitalismo e implantar o socialismo.

É preciso garantir condições dignas de vida para a juventude e o acesso a uma formação integral. Sem isso, não se formará uma geração capaz de construir os avanços sociais e econômicos que o país precisa.

**Como as PPJ podem ajudar?**

As políticas públicas de juventude (PPJ) devem se basear na idéia de que jovens são "sujeitos de direitos" com necessidades específicas e singulares, portadores de rica diversidade, com diferenças de identidade, organização e expressão (artística, cultural, política, etc.).

As PPJ têm papel importante no reconhecimento dessas peculiaridades e como ação afirmativa para o poder público e toda a sociedade passe a reconhecer este segmento.

É necessário criar oportunidades para que a juventude desenvolva plenamente seu potencial, ao invés de monitorar, tutelar ou até mesmo controlar os jovens, como se fossem um risco para si e para a sociedade. Nosso objetivo é criar oportunidades para garantir acesso a bens, serviços e direitos, a obtenção de uma educação de qualidade e inserção na produtividade com condições e remuneração dignas. A execução de políticas públicas deve garantir que a vivência da condição juvenil seja atribuída de um processo de desenvolvimento integral dos jovens a partir de seus interesses, capacidades criativas, potencialidades, desejos e direitos, respeitando e valorizando suas diferenças ao mesmo tempo em que se combate às desigualdades.

O desemprego estrutural, as péssimas condições de trabalho e remuneração, os altos índices de violência, a falta de qualidade na assistência à saúde, a concentração fundiária, a monopolização dos meios de comunicação, a baixa qualidade da infra-estrutura logística, a financeirização da economia, entre outros, interferem de maneira direta a situação de diversos jovens brasileiros e só serão superadas com medidas estruturantes. Por esta razão não podemos conceber as PPJ desarticuladas das necessárias reformas estruturais do Estado. Neste sentido, a luta tática pelas PPJ é constituinte da estratégia e do programa democrático-popular pois é parte da construção da igualdade social e das melhorias que almejamos conquistar para as classes trabalhadoras.

**Pra nossa estrela brilhar mais forte**

Para acabar com séculos de exploração serão necessários outros tantos de luta pela superação da opressão entre seres humanos e só uma consistente transição entre gerações poderá levar adiante a construção do socialismo.

Tantas propostas e ações são frutos da necessidade política que nos provoca a história em movimento. O desafio que temos pela frente é o maior que enfrentamos. Cada um e cada uma serão exigidos como nunca. Precisaremos de muita construção coletiva, paixão, convicção, organização e formação para cumprir com esta grande tarefa. Convidamos todos a virem juntos, com suas opiniões, expressões e com a bandeira do PT, o partido democrático, socialista, das massas, dirigente: o partido da classe que vai mudar o Brasil. ★

# Por uma Universidade democrática e popular

*Bruno Elias, Larissa Campos, Daniel "Mamão" Damiani e Luís Felipe Maciel **

Com o objetivo de contribuir com as discussões do GT de Educação da UNE, apresentaremos uma série de opiniões e propostas que participem do rico debate sobre a Universidade Brasileira. Neste primeiro artigo, propomos algumas tarefas ao movimento estudantil no sentido de retomarmos as lutas e debates por mudanças estruturais da educação.

A União Nacional dos Estudantes, em reunião de diretoria, apontou como uma de suas tarefas prioritárias a retomada das lutas e debates em torno do projeto histórico de universidade do movimento estudantil. Uma iniciativa que sistematize o conjunto das reivindicações e formulações do movimento de educação e que seja capaz de impulsionar a luta por uma universidade democrática e popular.

A luta por mudanças estruturais na educação e na universidade deve ser parte de um programa maior de reformas democrático-populares, de claro corte antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista. Um programa que também localize a universidade brasileira como instrumento de transformação social e empoderamento das classes populares.

Ao reivindicar essa tarefa, o movimento estudantil deve partir de uma dupla constatação. A primeira é a de que o atual modelo de universidade, herdeiro da reforma conservadora dos militares e sitiado pelo avanço do ensino privado nos governos neoliberais, não nos interessa. Continua presente, portanto, o desafio de lutarmos pelo fortalecimento da universidade pública e contra a mercantilização da educação.

A segunda constatação é de que, diante das distintas iniciativas do governo em relação à educação superior, a UNE e o conjunto do movimento estudantil reduziu em muitos momentos sua intervenção a uma postura reativa, pautando-se quase que exclusivamente pela agenda e iniciativas governamentais.

As divergências em torno da política educacional do atual governo, que são legítimas e mesmo necessárias, acabaram dando lugar a uma profunda divisão e dispersão do movimento de educação. O movimento estudantil, como ficou evidenciado nos debates sobre a "reforma universitária" e em projetos como o REUNI, também não tem conseguido incidir na orientação das políticas educacionais e na sociedade a partir das suas bandeiras históricas.

***A luta por mudanças estruturais na universidade deve ser parte de um programa maior de reformas democrático-populares, de claro corte antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista.***

**Um novo período de lutas**

Para superarmos esses limites e avançarmos no debate sobre a universidade que queremos, o resgate do acúmulo histórico do movimento de educação é fundamental. Uma trajetória que compreende a rica experiência dos seminários pela reforma universitária da UNE; a intervenção nos debates da Constituinte e da LDB; a formulação do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, entre tantos outros momentos que o movimento de educação protagonizou. Um passo importante a ser dado, inclusive, é a rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, como espaço de diálogo e síntese do movimento.

Outro desafio reside na retomada do caráter mobilizador e militante do movimento estudantil. Sem luta política e gente na rua, nosso programa não irá além de um mero conjunto de intenções. É imprescindível o amplo envolvimento da rede do movimento estudantil numa grande campanha, que agregue mobilizações, seminários, grupos de discussão, plenárias, aulas públicas, etc, e seja sistematizado em um fórum de massas como o 12º CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base, a ser realizado em novembro deste ano.

Esse caráter mobilizador deve se estender também a outros setores dos movimentos sociais. Experiências como a última Jornada de Lutas, que reuniu movimentos sociais do campo e da cidade em torno da defesa da educação pública, são um claro indicativo de que a luta por uma universidade democrática e popular é uma luta que tem sua legitimidade construída nos interesses da ampla maioria da sociedade.

O debate desencadeado pela UNE deve ser capaz de articular nossas bandeiras imediatas, o exame crítico das políticas educacionais vigentes e os eixos sob os quais estruturaremos o nosso programa. Programa esse que pode partir de quatro eixos iniciais: 1) Democratização do Acesso e Permanência; 2) Revolução Pedagógica; 3) Gestão Democrática; e 4) Regulamentação do Ensino Pago.

Por uma Universidade democrática e popular! ★

***Bruno Elias** é 1º Vice Presidente da UNE, **Daniel Damiani** é 1º Diretor de Assistência Estudantil da UNE, **Larissa Campos** é 1ª Diretora de Movimentos Sociais da UNE e **Luis Felipe Maciel** é 2º Diretor de Relações Internacionais da UNE.

# Combate ao Racismo: um debate necessário

*Rafael Pinto**

O recente episódio dos cartões corporativos que provocou uma nova situação de crise no Governo Lula, nos leva a uma reflexão sobre os rumos do combate ao racismo.

O principal alvo deste episódio foi o protagonismo negro no governo Lula. O movimento negro avança em suas reivindicações e, um dos aspectos deste avanço, foi a criação da Secretaria Especial para a Promoção da Igualdade Racial (Sepir).

Quanto aos setores conservadores, estes não perderam tempo, aproveitaram o episódio dos cartões corporativos, a queda da ministra Matilde Ribeiro, para afirmarem a não necessidade desta ferramenta de luta e de gestão de política pública de ação afirmativa.

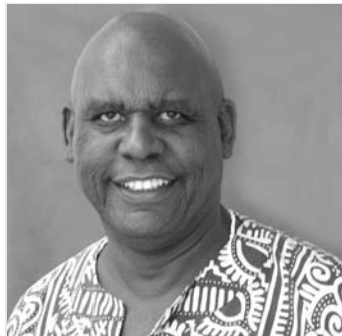
A consolidação do capitalismo nas Américas teve como fio condutor um conjunto de ações conjugadas, que visavam a viabilização econômica, como também, a dominação e eliminação das populações indígenas e africanas, daí a afirmação de Eric Williams em seu livro, sob o título "Racismo e Capitalismo", de que "Nas Américas não há capitalismo sem racismo". Ele analisa o papel estruturante na implantação do capitalismo nas Américas.

Ainda há setores na sociedade brasileira que insistem em afirmar a não existência do racismo no Brasil e, portanto, são contrários a que o Estado brasileiro crie ferramentas e políticas públicas de combate às desigualdades sócio-raciais. Para estes setores conservadores a questão racial não merece tratamento político por parte das autoridades constituídas.

Os editoriais dos grandes jornais, revistas e TVs que desprezam a existência do racismo no Brasil, diante do episódio dos cartões corporativos, fazem a disputa na sociedade buscando colocar de uma vez por todas esse assunto para debaixo do tapete.

E, por tudo isso, acreditamos que o conjunto da esquerda brasileira deve engajar-se com mais afinco na luta pela superação do racismo na sociedade brasileira.

**PT e a questão racial**

O movimento negro contemporâneo que organiza-se a partir dos anos 70 referencia-se em sua construção nas experiências do processo de descolonização na África, na luta por direitos civis nos EUA e, principalmente, no combate as ditaduras militares nas Américas.

***A resistência popular e anti-racista tem travado um bom combate contra a exploração racial e de classe, e está apontando perspectivas para um mundo sem racismo e sem desigualdades.***

Podemos afirmar que o PT, a CUT e o movimento negro contemporâneo são irmãos siameses dos processos de luta contra a ditadura militar no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores expressa a experiência mais rica de participação e "empoderamento" popular das populações negras no pós abolição da escravidão.

Os rumos do combate ao racismo e promoção da igualdade racial vive um momento importante: por um lado, a experiência protagonizada pela construção do Partido dos Trabalhadores, para muitos, mantêm viva a expectativa dos rumos da construção do socialismo, por outro lado, com a implantação das políticas de ações afirmativas, o PT aponta na perspectiva de um processo de superação das desigualdades sócio-raciais.

A correção de um erro histórico, que foi a proibição para os ex-escravos de serem proprietários de terras , está sendo feita pela Agenda Brasil Quilombola, a qual procura dar conta com a regularização de terras e acesso às políticas públicas para as comunidades quilombolas, tal ação está sendo implementada 120 anos após a abolição da escravatura.

Vivemos um momento importantíssimo, no sentido, de colocar na agenda do Estado brasileiro as políticas de ações afirmativas que combatem o racismo e promovem a igualdade.

Podemos afirmar que o "mito da democracia racial" está fazendo água, porque de um lado, baseava-se no processo de "embranquecimento" da população brasileira com o genocídio da população negra e, de outro lado, a estruturação de uma elite negra, de caráter burguês, para justificar o mito.

A resistência popular e anti-racista tem travado um bom combate contra a exploração racial e de classe, e está apontando perspectivas para um mundo sem racismo e sem desigualdades. ★

---

***Rafael Pinto** é dirigente da AE Capital(SP) e candidato a Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT.

## CEN aprova novas datas para os setoriais

A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida no dia 14 de fevereiro, em Brasília, aprovou novos prazos e datas para a realização dos encontros setoriais do partido.

Uma das novidades para este ano é a exigência de que o militante, além de filiado ao PT, faça também a opção por um setorial específico. Mesmo que atue em várias áreas da militância, o petista só poderá participar de um Encontro.

A adesão pode ser feita diretamente junto à atual coordenadoria ou secretaria setorial que o filiado deseja escolher como "Opção de Militância".

Os militantes devem procurar a Secretaria de Movimentos Populares do Estado para saber qual a data do seu encontro setorial. Caso não haja data definida, procure marcá-la e também saber se os militantes do setorial já registraram sua opção.

A regulamentação completa para os encontros está disponível no Portal do PT.

**Calendário dos encontros setoriais**

**10 de março** – Termina prazo de adesão individual ao setorial.

**29 e 30 de março, 5 e 6 de abril ou 12 e 13 de abril** – Realização dos Encontros Setoriais nos fins de semana.

**30 de abril** – Termina o período de inscrição de textos e chapas aos Encontros Setoriais Nacionais.

**17 e 18 de maio** – Realização dos Encontros Setoriais Nacionais.

# Uma luta de todos

*Isaias Dias**

O próximo encontro setorial dos petistas com deficiência deverá reafirmar para dentro do partido, para os movimentos sociais e para a sociedade, que a nossa luta é uma luta de todos.

Partido, governo e movimentos sociais

Em 2002, logo após a primeira eleição de Lula, ficou claro que a relação entre o PT e os movimentos sociais iria enfrentar problemas adicionais, semelhantes aos que já havíamos vivenciado no caso de muitos governos petistas, o que poderia levar a uma perda de influência do Partido nos movimentos sociais.

Essa perda de influência possui relação com:

a) a ida de quadros dirigentes do movimento para a "máquina" do governo;

b) a falta de sensibilidade política de setores do governo na relação com seus aliados do movimento social;

c) o crescimento de lideranças oposicionistas – à esquerda e à direita – nos confrontos travados pelo movimento contra o governo;

d) a falta de compreensão, por parte de alguns dirigentes do movimento social, do significado estratégico de um governo comprometido com as lutas democráticas e populares.

Neste novo quadro, defendíamos que seria preciso reforçar a condução política, a formação ideológica e a organicidade dos movimentos sociais.

De fato, considerávamos fundamental que os movimentos permanecessem reivindicando vivamente suas demandas, para fornecer o necessário contraponto ao grande capital e seus diversos representantes, que certamente buscariam incidir de todas as formas nos rumos do governo.

Também verificávamos que o incremento da mobilização social, naquele cenário, passava por conseguir galvanizar as esperanças depositadas em Lula, organizando os setores populares não contra o governo, mas a favor de seu programa. Essa idéia encaixava-se no contexto da luta mais geral que travávamos, então, por mudanças nos rumos do governo Lula.

Se grande parte das entidades organizadas do movimento social já havia apoiado Lula desde o primeiro turno das eleições de 2006, o segundo turno aglutinou os principais setores do movimento em torno desta candidatura.

Passada a eleição, que representou sem dúvida uma vitória para os setores democráticos-populares, é preciso agora avaliar que papel poderão e deverão jogar os movimentos sociais, para que o segundo mandato seja efetivamente superior ao primeiro.

Movimentos sociais, partidos e governos cometem erros e acertos. Podem fazer a luta avançar ou retroceder. Em todas essas formas de organização política, encontramos profundas contradições. E a luta da classe trabalhadora só pode obter sucesso se conseguir articular essas diversas dimensões.

Os rumos do segundo mandato do governo Lula e a posição do PT nesse processo terão um peso fundamental na definição futura de nossa relação com os movimentos sociais. O fato é que o segundo mandato precisa estar mais sintonizado com as demandas dos movimentos sociais. E, nesse sentido, que nós, militantes do setorial das pessoas com deficiência do PT, nesse encontro, aprofundarmos a nossa discussão e construirmos uma política que faça avançar a luta do segmento, nos movimentos, no partido e em nossos governos.

Nossos governos, o PT e as pessoas com deficiência

No primeiro mandato do governo Lula obtivemos avanços em nossa luta, que são:

1. Foi sancionado o Decreto nº 5296/04 que trata da acessibilidade (reestruturações arquitetônicas até as de comunicações);

2. Realizou-se a I Conferência Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência;

3. O governo federal assumiu a educação inclusiva .

Mesmo diante de tais avanços, ainda temos algumas fragilidades que esperamos superá-las ainda neste segundo mandato.

Neste sentido, colocamos como uma das prioridades do Setorial Nacional das Pessoas com Deficiência , a qualificação das políticas públicas a serem implementadas pelos nossos governos, nos âmbitos municipais, estaduais e nacional, que segue:

1.nossos governos devem compreender que as causas das deficiências estão efetivamente atreladas à falta de investimentos nas políticas sociais ;

2.potencializar a educação inclusiva, a qual constitui-se num divisor entre a segregação e a inclusão real, pois quando as crianças convivem com as diferenças existentes na sociedade os preconceitos diminuem;

3.incentivar que os movimentos populares cobrem a implementação do Decreto 5296/04 que dispõe sobre a acessibilidade;

4.cabe também aos nossos governos implementarem na administração direta e indireta o efetivo cumprimento do decreto de acessibilidade;

5.em âmbito nacional, criar a Secretaria Especial das Pessoas com Deficiência com o papel político de aplicar, fiscalizar e fazer o diálogo com o movimento das pessoas com deficiência. Trabalhar de forma horizontal com os outros segmentos (raça, gênero, idosos, crianças e adolescentes e GLBTT).

No que se refere ao papel da nova direção do Setorial dos Petistas com Deficiência, consideramos que serão tarefas fundamentais desta nova gestão:

1.organizar o setorial nacional ajudando na construção dos setoriais estaduais;

2.organizar as discussões sobre políticas públicas, propondo ao nosso governo, juntamente com os movimentos sociais, o apoio e implementação destas;

3.abrir um processo de discussão junto à DN do PT para que se implemente o Decreto 5296/04, pois a maioria de nossos diretórios estão instalados em prédios que não tem acessibilidade.

4.implementarmos um processo de discussão juntamente com a Direção Nacional do PT para que se aprove uma resolução de apoio a ratificação da Carta da ONU sobre direitos das pessoas com deficiência a qual foi encaminhada pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional. Defendemos que a votação seja por quorum qualificado de 3/5 (três quintos) para que tenha efeito de emenda constitucional;

5.sobre o Estatuto das Pessoas com Deficiência que está tramitando no Congresso Nacional, precisamos fazer algumas considerações: foi precipitada a ação da atual Coordenação Nacional que estampou num cartaz a frase "Aprovação já do Estatuto" quando da realização da Campanha Nacional de Acessibilidade do PT. O Estatuto que está tramitando no Congresso sofreu várias modificações por parte de alguns congressistas e retirou avanços já conquistados pelo segmento. Entendemos que é fundamental retomarmos o debate sobre o Estatuto que deve estar de acordo com a Carta da ONU, pois só assim o Estatuto servirá de ferramenta na organização e luta das pessoas com deficiência.

Por fim, entendemos que a luta por uma sociedade socialista passa pela compreensão e pelo respeito à diversidade que existe na humanidade. ★

***Isaias Dias** é representante da CUT no Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e militante da AE de SP (Conade); e candidato a Secretário Nacional dos Petistas com Deficiência do PT.

# Novos desafios para a AE Sindical

*Expedito Solaney**

A AE sindical está diante de um novo desafio: conduzir da Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT. Resultado do rompimento da Corrente Sindical Classista (CSC), ligada ao PCdoB, com a CUT- constituindo, junto com o PSB, uma nova central sindical, a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Neste novo cenário, coube à nossa chapa assumir esta secretaria.

Este rompimento, que aprofunda a fragmentação sindical vivida nos últimos anos no Brasil, deve ser compreendido sobretudo pela vitória do projeto democrático e popular no Brasil em 2002, resultando neste momento a aprovação no Congresso Nacional do reconhecimento oficial das Centrais Sindicais.

Em nossa última Conferência Sindical apontávamos como o neoliberalismo atingiu a classe trabalhadora e seus instrumentos de organização e de luta; como também a responsabilidade da CUT nesse processo, que no primeiro momento abdicou da disputa pelos rumos do governo Lula, colaborando para o enfraquecimento e divisionismo do movimento sindical.

Além disso, o processo de legalização das centrais, que garantirá recursos financeiros oficiais, por meio do malogrado Imposto Sindical, provocou em vários setores sindicais uma corrida para a formação de novas entidades, num processo de "partidarização" do movimento, o que em larga medida aparelha as disputas dos sindicatos enfraquecendo as organizações dos trabalhadores.

O movimento sindical no Brasil se insere nesta conjuntura política marcada por profundas contradições para a classe trabalhadora, tanto pelos limites do governo federal na defesa dos interesses populares, quanto pelos ataques que os setores conservadores promovem contra qualquer política pública que represente avanços. Mesmo com todo o crescimento econômico, com lucros recordes dos bancos e do setor produtivo, com a expansão do setor agrícola a burguesia não dá trégua na defesa do ideário neoliberal, no ataque aos direitos dos trabalhadores e na tentativa de desestabilizar o governo Lula. Esses ataques demonstram a impossibilidade de qualquer conciliação.

Neste sentido a CUT vem retomando seu potencial combativo, protagonizando as lutas que promovam o aumento de poder político, econômico e social da classe trabalhadora. Pressionando o governo federal para garantir mais políticas públicas e radicalizar no seu controle popular, nas lutas econômicas por aumentos salariais, na redução de jornada sem redução de salário e melhores condições de trabalho; na parceria entre os movimentos sociais por melhores condições de vida, nas lutas contra as discriminações por raça e etnia, pela livre orientação sexual, pela melhoria nas condições de acessibilidade das pessoas com deficiência, na defesa do meio ambiente, na luta das mulheres e da juventude.

Nesse sentido, a)a Campanha Nacional Unificada pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário, que a CUT, em conjunto com as demais centrais está encaminhando; b)a Grande Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília em dezembro passado; c) o ato de 15 de agosto, que resultou no envio ao Congresso Nacional da mensagem presidencial para homologação pelo Brasil das Convenções 151da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que trata do direito da negociação coletiva e data base do funcionalismo público; e da convenção 158 que trata do fim da dispensa imotivada na iniciativa privada - reivindicação histórica da CUT - que foi enviada ao congresso em 14 de fevereiro, cabendo agora ao movimento sindical pressionar o congresso nacional aprovar e o Brasil ser signatário destas duas convenções da OIT são fundamentais para a organização sindical.

É diante dessa conjuntura que a Articulação de Esquerda, por meio do companheiro Expedito Solaney e do companheiro Leandro Eliel, militante da AE que foi contratado como assessor, assumem a Secretaria de Políticas Sociais da CUT Nacional, cujas tarefas são:

a) elaborar e coordenar a implantação de políticas sociais da CUT, abarcando os setores de educação, saúde e previdência, habitação e solo urbano, alimentação, meio ambiente e ecologia, comunicação, transportes, direitos da criança e do adolescente, direitos humanos e movimentos sociais;

b) coordenar a execução das políticas sociais da CUT;

c) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades da sociedade civil, dentro dos princípios definidos neste Estatuto;

d) promover intercâmbio e estabelecer convênios com entidades sindicais e institutos especializados, para desenvolvimento das políticas sociais da CUT, no âmbito nacional e, no âmbito internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais;

e) coordenar e orientar as secretarias de Políticas Sociais da CUT e das Confederações e Federações nacionais.

A Coordenação Sindical Nacional, bem como todos os dirigentes da corrente, tem como obrigação contribuir na construção desta tarefa. É um grande desafio e uma oportunidade que sendo bem aproveitada podemos dar um grande salto de qualidade na nossa intervenção no movimento sindical, na implementação de propostas que contribuam na construção de um sindicalismo comprometido com a independência de classe, com a democracia operaria e que tenha como horizonte a construção do socialismo.

Atualmente, a Secretaria vem construindo um trabalho de recuperação e reorientação política de suas atividades. As ações desenvolvidas pela SPSo, nos espaços de sua responsabilidade, são fundamentais para implementação das deliberações dos congressos, plenárias e do planejamento estratégico da CUT-Nacional.

Nesse momento temos em atividade na Secretaria a Comissão Nacional de Meio Ambiente, o Coletivo Nacional dos Jovens Trabalhadores, a Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial e o Coletivo Nacional dos Trabalhadores com Deficiência. Acompanhamos as atividades de vários conselhos institucionais, bem como os fóruns do movimento social, como a CMS, o Grito dos Excluídos. Daremos ênfase ao Conselho Nacional pela erradicação do trabalho infantil.

Vamos à luta, viva, viva! ★

---

***Expedito Solaney** é da Executiva Nacional da CUT - Secretário de Políticas Sociais; e membro da Direção Nacional da AE

## 12ª Plenária Nacional da CUT

**De 5 a 8 de agosto de 2008. Local a definir.**

**31 de março:** prazo para a atualização de dados cadastrais, para novas filiações e quitação das contribuições estatutárias das entidades filiadas; atualização da informação sobre as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pela CUT Estadual.

**PAUTA**

- Conjuntura: Nacional e Internacional
- Balanço da Atuação da CUT
- Plataforma de Desenvolvimento da CUT
- Política Sindical da CUT, Políticas Permanentes, Estatuto e Finanças
- Recomposição da Direção Executiva Nacional
- Plano de Lutas
- Convocação do 10º Congresso Nacional da CUT

# Secretaria divulga relatório de atividades

*Trabalho da Secretaria Nacional de Formação Política resulta na aprovação da Escola Nacional do PT*

A Secretaria Nacional de Formação do PT divulgou relatório de atividades dos dois últimos anos, quando esteve sob a gestão de Marlene da Rocha (SC) e da deputada federal Iriny Lopes (ES). Diante da dificuldade das secretariaas estaduais com a falta de um processo sistemático de formação, a Secretaria Nacional trabalhou para resgatar este trabalho, que deve culminar com a criação da Escola Nacional de Formação Política.

Entre as atividades realizadas, foram promovidos seminários e debates, tanto para planejamento da secretaria, quanto para discussão ideológica. Ocorreram, também, cursos de formação de formadores, de vereadores, para a juventude, sobre relações raciais, para a juventude negra e sobre relações internacionais.

Entretanto, de acordo com o documento, ainda há muito por fazer nesta área. "Esses dois anos de muito trabalho, além de contribuir para a reconstrução efetiva de um 'sistema nacional de formação' e para a retomada das atividades formativas em todo o país, obtiveram o gratificante resultado de recolocar o debate sobre a formação política no centro das discussões partidárias, resgatando sua importância para a construção do partido democrático, socialista e de massas que queremos".

"Esse debate culminou com a aprovação, no 3º Congresso, da criação da Escola Nacional do Partido dos Trabalhadores, bandeira defendida por esta gestão na SNFP desde seus primeiros dias", diz o texto da secretaria.

A seguir publicamos parte do Relatório divulgado. Confira a relação completa das atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Formação no portal do PT (www.pt.org.br)

## Relatório das atividades da Secretaria Nacional de Formação Política do PT (SNFP) - (gestão dezembro-2005 / fevereiro-2008)

### Introdução

O Partido dos Trabalhadores nasceu e consolidou-se, ao longo de sua história, como um instrumento da luta por um futuro melhor para toda a humanidade. Nesta luta, reforçou suas convicções de que só a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista poderiam livrar a sociedade brasileira e mundial das catástrofes em marcha.

Para um partido que assume a dimensão estratégica da luta pelo socialismo, são elementos centrais a disputa de idéias na sociedade e o domínio das ferramentas analíticas que permitem pensar o mundo para transformá-lo. Sendo assim, a formação política no PT deve ser vista como um instrumento fundamental para o aumento da capacidade de organização e intervenção na realidade social, e deve estar entre as tarefas principais de todos os seus militantes. Aqui, referimo-nos à dupla dimensão deste ato: a de formar-se e a de colaborar na formação coletiva.

A formação política petista, pois, deve ter como elementos chave, por um lado, a partilha efetiva e solidária dos anseios, da cultura, dos projetos e das ações dos trabalhadores e, por outro, o desenvolvimento das capacidades de reflexão e teorização, que possibilitem o estabelecimento de vínculos entre os projetos locais, setoriais e imediatos, e a contínua elaboração de um projeto histórico e estratégico.

Sendo um processo dirigido politicamente pelo Partido, a formação política petista tem necessariamente um caráter "ideológico": ela é orientada pelas idéias que defendemos e pelo projeto estratégico que representamos na sociedade. Ao mesmo tempo, ela deve ser democrática no respeito às diferenças de opinião e de formulação no interior do PT, bem como em sua capacidade de produzir sínteses e de buscar a unidade em meio à pluralidade que caracteriza nossa organização partidária.

Foi a partir dessa concepção geral que a gestão da Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP) iniciada em dezembro de 2005 e que se encerra agora, em fevereiro de 2008, tendo à sua frente as companheiras Marlene da Rocha (até abril/07) e Iriny Lopes, buscou organizar seu trabalho no sentido de produzir as condições para a intensificação das atividades de formação no Partido, visando atingir, a médio e longo prazo, os seguintes objetivos:

a) Preparar seus militantes para a luta política e a disputa ideológica na sociedade, possibilitando que o conhecimento teórico e histórico torne-se um instrumento a serviço das ações concretas cotidianas dos militantes petistas;

b) Oferecer as condições para que o estudo da teoria política e o conhecimento da história do Partido, seus princípios e suas resoluções sejam acessíveis ao conjunto da militância, permitindo que esta participe de forma ativa e crítica da vida partidária;

c) Contribuir para a consolidação da identidade dos petistas em torno do projeto político do Partido, bem como para a conformação de uma cultura política socialista;

d) Capacitar militantes e dirigentes para a atuação nos diversos espaços sociais, qualificando-os para intervir nas questões relevantes postas pelo contexto histórico.

Para dar conta desses objetivos, a primeira atividade da gestão foi a realização de um seminário de planejamento, ainda em fevereiro de 2006, a partir do qual se elaborou um plano de trabalho, encaminhado em seguida para aprovação ao DN-PT (vide anexo 1).

Nesse seminário, do qual participaram 50 companheiras e companheiros, todos secretários estaduais, municipais ou membros de coletivos estaduais de formação, realizou-se inicialmente um diagnóstico da situação em que se encontrava essa importante atividade no PT. As conclusões, ⇨

que constam do relatório que foi divulgado internamente ao Partido, sinalizavam então para a seguinte avaliação:

> O relato dos presentes apontou como um problema o fato de não existir um processo sistemático de formação política no partido, apesar de todo acúmulo feito desde 1985, quando foi formado o primeiro coletivo nacional da SNFP, e apesar de em 1997 o 10º Encontro ter aprovado a criação da escola nacional de formação do PT. Várias falas reportaram a dificuldade em atuar nas secretarias de formação do Partido, por falta de uma ação mais sistêmica da direção nacional. Alguns estados continuam oferecendo o curso de formação de base que foi estruturado pela SNFP no final dos anos 1990, bem como há alguns formadores, oriundos dos cursos de formação de formadores que a Secretaria ofereceu até o ano de 2000, vinculados a esta tarefa no partido. E outras iniciativas de formação, como seminários temáticos, dirigidos a reflexões de dirigentes, têm sido oferecidos no PT como resultado do esforço individual de uma ou outra direção que se preocupa em atender uma grande demanda reprimida por formação no partido.[1]

O balanço histórico da experiência de formação no Partido dos Trabalhadores também assinalou, como conseqüência, a seguinte preocupação:

> Nos 26 anos de história de nosso partido, vários foram os momentos em que se aprovaram resoluções que colocavam a formação política como prioridade. Ainda assim, nossas atividades não superaram os problemas de dispersão e descontinuidade. Não conseguimos, até hoje, construir a escola nacional de formação, apesar de o 7º encontro nacional tê-la aprovado. Percebemos que no final dos anos 1990, graças ao esforço de um coletivo nacional, foi possível sistematizar o acúmulo que o partido possuía, no sentido de apresentar uma concepção da formação política para o PT. Entendemos que este acúmulo deve ser o ponto de partida para a retomada do processo de formação. Se hoje nove entre dez militantes consideram a formação como uma prioridade, é graças ao que foi desenvolvido ao longo destes anos e à dura experiência da luta política, que tem demonstrado que sem formação não se qualifica e potencializa a ação.[2]

A partir de tais constatações, que representavam a opinião coletiva de militantes e dirigentes diretamente envolvidos com o processo de formação política no PT, a SNFP traçou as metas e objetivos específicos que compuseram seu plano de trabalho, destacando, como tarefas centrais desta gestão:

a) Reconstruir o *Sistema Nacional de Formação*, compreendido como a somatória dos programas, entidades e instâncias engajadas na execução do *Plano Nacional de Formação*;
b) Retomar a idéia da constituição de uma Escola Nacional de Formação Política, como condição fundamental para a garantia de um trabalho mais permanente e organizado na formação político-partidária;
c) Retomar as atividades nacionais de formação, com destaque para os cursos de formação de formadores, com o intuito de garantir a consolidação de uma rede de formadores aptos a atuar nos diversos estados do país;
d) Realizar atividades em parceria com outras secretarias, atendendo a antigas demandas, sobretudo dos setoriais do Partido.

As atividades que descreveremos a seguir, e que foram desenvolvidas por esta Secretaria ao longo desses dois anos, representam, portanto, a busca por dar materialidade a essa política, elaborada a partir dos debates coletivos realizados por militantes e dirigentes que elegeram, entre suas tarefas no PT, a formação política como uma prioridade.

Evidentemente, uma gestão de dois anos não é suficiente para superarmos os déficits identificados no campo da formação política petista. Daí a importância da noção de continuidade, questão que esperamos superar a partir da implantação da Escola Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, se ainda há muito por fazer nesta área, esses dois anos de muito trabalho, além de contribuir para a reconstrução efetiva de um "sistema nacional de formação" e para a retomada das atividades formativas em todo o país, obtiveram o gratificante resultado de recolocar o debate sobre a formação política no centro das discussões partidárias, resgatando sua importância para a construção do partido democrático, socialista e de massas que queremos.

Esse debate culminou com a aprovação, no 3º Congresso, da criação da Escola Nacional do Partido dos Trabalhadores, bandeira defendida por esta gestão na SNFP desde seus primeiros dias.

Sobre o Congresso, aliás, cabe registrar que esta Secretaria fez um esforço para construir, à luz do acúmulo histórico do PT nesta área e conjuntamente com os membros do Coletivo Nacional – constituído pelos secretários estaduais de formação política –, um projeto de resolução que buscava apontar as bases de um plano de longo prazo para as atividades de formação no Partido.

Por sua construção coletiva, o projeto representava uma síntese das propostas sobre o tema apresentadas pelas teses inscritas ao 3º Congresso, tendo sido inclusive enviado com antecedência aos representantes de cada uma dessas teses, bem como aos membros do Diretório Nacional, para que esses participassem dessa construção. Esse esforço de elaboração de uma proposta consensual foi vitorioso em várias etapas estaduais, mas infelizmente, por razões atinentes às disputas políticas internas, não logrou êxito na etapa nacional do Congresso.

De qualquer forma, a aprovação da Escola Nacional foi uma vitória política importante de todos(as) aqueles(as) que compreendem o papel estratégico que a formação política deve cumprir. Só isso já é suficiente para que, de nossa parte – e aqui falamos em nome de toda a equipe da SNFP –, tenha valido a pena o esforço realizado na busca por levarmos a cabo nossas principais tarefas e atribuições à frente da Secretaria Nacional de Formação Política nesta gestão, que ora se encerra.

Saudações Petistas

***Iriny Lopes***
Secretária Nacional de Formação Política

1 Conforme relatório do "Seminário Nacional de Formação e Planejamento da SNFP – Gestão 2006-2008" (anexo 2).

2 *Ibid.*

# Conheça o novo DN

**De cima para baixo, da esquerda pra a direita, os integrantes do Diretório Nacional do PT. Em negrito, os membros da chapa A Esperança é Vermelha:**

★Adalberto Fugêncio dos Santos Junior ★Ana Júlia Carepa ★ André Vargas ★ **Angélica Fernandes** ★ Antonio Carlos Soares ★Arlete Sampaio ★Benedita da Silva ★Bira do Pindaré ★Carla Lopes da Silva ★Carlinhos Almeida ★Cida Diogo ★Devanir Ribeiro ★Elói Pietá ★Eunice Wolf ★Fabiano Pereira ★Fátima Cleide ★Francisco Campos ★Frei Anastácio ★Gegê (Luiz Gonzaga da Silva) ★Gilney Viana ★Gleber Naime ★Henrique Fontana ★Humberto Costa ★**Iriny Lopes** ★**Israel da Silva Martins** ★**Ivan Alex** ★Jilmar Tatto ★João Coser ★João Felício ★João Paulo ★João Vaccari ★Joaquim Soriano ★Joaquim Washington Luiz de Oliveira ★Jorge Luiz Cabral Coelho ★José Eduardo Cardozo ★José Guimarães ★Josias Gomes ★Katatau (Ronaldo Sandim) ★Luiz Dulci ★Luiz Eduardo Greenhalgh ★Luiz Sérgio ★Luizianne Lins ★**Marcel Frison** ★**Marcelino Galo** ★**Marcelo Mascarenhas** ★Marcio Costa Macedo ★Marco Antonio Pereira de Oliveira ★Marco Aurélio Garcia ★Maria Aparecida de Jesus ★Maria do Carmo Lara ★Maria do Rosário ★Maria Ivonete Barbosa Tamboril ★Maria Lúcia Prandi ★Maria Nice Machado Aires ★Marília Campos ★Marinete Merss ★Markus Sokol ★Martvs das Chagas ★Mônica Valente ★Patrus Ananias ★Paulo Fernando dos Santos ★Paulo Ferreira ★Paulo Frateschi ★Paulo Teixeira ★Pedro Luis Teruel ★Rachel Marques ★Raul Pont ★Renato Simões ★Ricardo Berzoini ★Romênio Pereira ★**Rubens Alves** ★Rubens Otoni ★Selma Rocha ★**Sheila de Oliveira** ★Silbene Santana de Oliveira ★Tarso Genro ★Valdemir Garreta ★**Valter Pomar** ★Vera Gomes ★Vilson de Augusto de Oliveira ★Wellington Dias ★Wilmar Lacerda ★Ideli Salvati ★Mauricio Rands.

# Lembranças e saudades

O Partido dos Trabalhadores perdeu no mês de fevereiro dois companheiros: Nani Stuart e Jurandir Lara.

No dia 1º, recebemos com pesar a notícia do falecimento do ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do mato Grosso e da Executiva do PT de Cuiabá, Jurandir Lara. Sua trajetória foi marcada por forte militância no movimento estudantil e partidário.

Um dia após o aniversário dos 28 anos do PT, dia 11, fomos surpreendidos com a morte de Ana Maria Stuart, a Nani - como todos a conheciam. Ela teve um papel destacado na construção da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, ao qual dedicou mais de duas décadas de sua inteligência, dedicação e alegria.

Deles ficarão as nossas lembranças e a saudade.

## JURANDIR LARA

Jurandir (esq.) e Jairo Rocha durante apuração do PED

### Duas paixões

O PT lamenta a perda do ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFMT e da Executiva do PT de Cuiabá, Jurandir Lara, que faleceu no dia 1º de fevereiro. Jurandir era funcionário público e tinha 36 anos. Sua trajetória foi marcada por forte militância no movimento estudantil e partidário.

Jurandir passou a presidir o PT de Cuiabá em 2000. À época, ele substituiu Sivaldo Dias Campos, que sofreu um atentado à bala. Jurandir continuou na direção da legenda petista até 2005. Assim que deixou a direção da Executiva da capital do Mato Grosso, em novembro de 2005, Jurandir Lara passou a integrar a Executiva Estadual, presidida pela senadora Serys Slhessarenko, como secretário de Organização.

"A morte do Jurandir representa uma grande perda para a família, para nós e para o PT", lamenta Jairo Rocha, que sucedeu Jurandir Lara na direção municipal do partido. "O Jurandir era muito equilibrado, organizado e foi sob o comando dele que o PT elegeu e ampliou a bancada de vereador em Cuiabá. Ele teve uma participação importante nas eleições de 2002, quando elegemos Serys senadora e os deputados Ságuas e Verinha. O PT está abalado", lamenta Jairo.

Jairo fez questão de destacar que Jurandir, "mesmo doente e muito debilitado se apresentou e fez com que sua família e amigos fossem às urnas votar no dia 2 de dezembro em Valter Pomar, Serys Slhessarenko, Vilson Aguiar e nas chapas da AE para o Processo de Eleições Diretas".

"O PT e a AE foram sua paixões", relembra Jairo.

Com informações do Portal do PT www.pt.org.br

## NANI STUART

Nani Stuart com Lula, durante 10º Encontro Nacional do PT, 1995.

### Um exemplo!

Ana Maria Stuart, a nossa companheira Nani, deixou-nos dia 11 de fevereiro. À comoção que sua morte produziu no Partido dos Trabalhadores, somou-se o pesar de muitos pelo mundo afora, expresso nas dezenas de mensagens de solidariedade provenientes de toda a América Latina, Europa e Estados Unidos.

Por mais de 20 anos, Nani entregou sua inteligência e combatividade política à construção do Partido dos Trabalhadores.

Essa argentina, fugida da ditadura que assolou seu país e matou seu primeiro companheiro, encontrou em nosso país uma segunda pátria.

De personalidade forte, muitas vezes encoberta por sua afabilidade, Nani construiu aqui uma sólida carreira intelectual e acadêmica, reatou seus laços com a política e refez sua vida pessoal. Seu companheiro Robert, seus filhos Celina, Mateus e Júlia formaram, junto com ela, a imagem de uma família feliz.

No longo período em que foi a principal assessora da Secretaria de Relações Internacionais do PT, a qualidade de sua intervenção política e intelectual foi decisiva para que o partido construísse sua política externa. Mais do que uma assessora, Nani contribuiu decisivamente para a formulação e implementação das políticas com as quais o Partido dos Trabalhadores se fez presente no mundo. Ela influiu, igualmente, na definição do programa de política externa do Brasil, que seria implementado a partir de 2003 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República.A morte de Ana Maria Stuart, no dia seguinte ao 28º aniversário do PT, trouxe uma nota de profunda tristeza para todos os militantes do partido, especialmente para aqueles que tiveram o privilégio de com ela privar.

Mas, ao mesmo tempo, convidou-nos a uma reflexão sobre o valor que certos homens e mulheres têm na materialização de nossos sonhos coletivos.

Nani será, assim, mais do que uma grata recordação. Sua trajetória é um exemplo.

*Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores*